

Resenha

**MOUFFE, Chantal. *Agonistics: thinking the world politically*.
London: Verso, 2013.**

Thiago Moreira da Silva

Universidade de Brasília
State University of New York

“Os ensaios coletados neste volume examinam a relevância da abordagem agonística que elaborei em trabalhos anteriores para uma série de questões que pensei relevantes no âmbito de um projeto de esquerda” (2013, p. 1 - tradução minha). Com esses dizeres, Mouffe inicia a introdução de *Agonistics: thinking the world politically*, mostrando de antemão que seus postulados teóricos se entrelaçam com um desígnio de atuação, orientado para a subversão da ordem neoliberal. Além disso, a sentença anuncia um expediente de teste para seu arsenal teórico-conceitual em face de alguns dos acontecimentos contemporâneos. As relações internacionais, a crise da União Europeia, o mundo da arte e os levantes ocorridos nos últimos anos passam por seu crivo e desafiam pressupostos e axiomas desenvolvidos ao longo da carreira da autora. Antes de avançar para a empiria, no entanto, cabe aclimatar o leitor à teoria em voga.

Hegemonia e antagonismo são os dois conceitos-chave utilizados por Mouffe. Ambos cimentam a perspectiva de uma *negatividade radical* presente na dimensão do político. Essa conceituação impede, conseqüentemente, a totalização e o exame de uma sociedade pautada por dispositivos que escapem ao jogo de poder e ao conflito. Para tanto, cumpre observar a natureza hegemônica da ordem social e o caráter contingente das convenções estruturantes em que os indivíduos se encontram envoltos.

Assim sendo, as práticas hegemônicas configuram uma articulação responsável por instituir o ordenamento e os significados de um dado concerto social. Isso porque a conformação da estrutura societal não é uma disposição concebida como “natural”, todavia, expressa as relações de poder presentes em um determinado momento. Por conseguinte, estão sujeitas a procedimentos contra-hegemônicos, cujos objetivos residem nos esforços de desarticulação do alicerces então vigentes.

A noção de antagonismo revela um aspecto inerente a todas as sociedades humanas; pressupõe as ideias de incompletude identitária e de impossibilidade das soluções racionais. Em outras palavras, presume uma luta ininterrupta pelo poder protagonizada por identidades que, em virtude de suas posições antagonicas, são incapazes de atingir a concordância em relação a questões centrais.

Nessa parte, vale retomar as apreciações de Mouffe quanto às dimensões ontológica e ôntica. Essa distinção preenche de sentido a separação entre *o político* e *a política*. O primeiro, inspirado na oposição schmittiana entre “amigo” e inimigo”, se refere ao plano ontológico, ou seja, àquilo que se apresenta na essência das atividades políticas. Caracteriza o supracitado antagonismo, que pode assumir múltiplos formatos, mas emerge em diversas relações sociais e não há de ser erradicado. Por conta dessa impossibilidade de reconciliação final, o domínio necessita de um isolamento dos

preceitos éticos, sujeitos à lógica da incondicionalidade. *A política*, por seu turno, diz respeito ao conjunto de práticas, discursos e instituições que procuram ajustar a coexistência dos seres humanos – assumindo o caráter ôntico.

Nesse sentido, o modelo teórico-normativo proposto visa à domesticação das relações antagônicas entre identidades divergentes, mediante mecanismos institucionais que exacerbem a contenda dos grupamentos sociais em desacordo. Tal institucionalização serviria de suporte à perspectiva *agonística* de Mouffe, posto que dispõe os contendores não como *inimigos* a serem destruídos, mas na categoria de *adversários* – isto é, oponentes que compartilham certa afinidade com os princípios democráticos de liberdade e igualdade, embora tenham opiniões destoantes.

Isto posto, nota-se, no agonismo, a busca de uma concordância de base sobre as regras do jogo. Afinal, a distinção feita com o antagonismo - potencialmente disruptivo e que, por isso, deve ser evitado – introduz uma forma alternativa, o agonismo descrito até então. Como enfatiza Miguel (2012), o problema dessa noção está na falta de atenção às possíveis distorções democráticas que a suposta “harmonia” pode produzir: “o consenso quanto aos valores básicos está sujeito às mesmas formas de manipulação e de produção de preferências adaptativas, comuns às interações entre desiguais, que afetam outras modalidades de consenso” (Miguel, 2012, p. 16).

O modelo sugerido se distancia, dessa forma, de abordagens da teoria política liberal, de outras formulações agonísticas e de um projeto de “revitalização do comunismo”. Começando pelo liberalismo, a autora põe à lume os arquétipos agregativo – que enxerga os atores sociais como indivíduos movidos pela busca de seus interesses particularísticos – e deliberativo – que salientam o papel da razão e das considerações morais na esfera política. Ambos, no entanto, ao privilegiar a racionalidade e o individualismo, deixam de lado a natureza antagônica e a centralidade das identidades coletivas na conformação da democracia.

Em linhas gerais, a crítica de Mouffe atinge a crença na racionalidade e a possibilidade de um consenso universal fundado na razão. Num mundo repleto de entendimentos e valores destoantes, ainda mais plural depois do fim da Guerra Fria, o panorama harmônico e não-conflitivo desenhado pela abordagem seria insuficiente para dar conta dos fenômenos contemporâneos. Além disso, por desconsiderar a importância das identidades coletivas, ignoram também a divisão “nós” e “eles” – fincada na definição de um *exterior constitutivo* - e as paixões como veículo condutor desse campo.

Resumindo as diferenças, os teóricos liberais, notadamente Rawls e Habermas, pensam o *político* como um campo neutro, em que diferentes grupos competem por posições de prestígio e poder. Postulam a negociação entre interesses divergentes para, assim, alcançar a universalidade de um consenso racional e sem exclusão. O paradigma do *pluralismo agonístico*, contudo, elabora um quadro de procedimentos democráticos, aceitos de antemão pelos adversários, para regular a oposição de projetos hegemônicos inconciliáveis racionalmente e que não devem ser mutuamente excluídos.

De maneira análoga, os predicados *antagonismo* e *hegemonia* que, em tese, separam Mouffe dos liberais contribuem para destacá-la de outras versões agonísticas, inspiradas nas teorizações de Arendt e Nietzsche. Embora os dois pontos de vista deem ênfase à pluralidade humana, o foco na luta contra a totalização da sociedade embarça a compreensão da disputa pelo controle hegemônico das práticas sociais. Nas palavras da autora, “a celebração de políticas do distúrbio ignora o outro lado desse esforço: o de estabelecer uma *cadeia de equivalências* entre demandas democráticas e a construção de uma alternativa hegemônica” (Mouffe, 2013, p. 14 - tradução

minha). Se o antagonismo não pode ser eliminado e toda ordem tem um caráter hegemônico, construções teóricas que simplesmente valorizam a multiplicidade falhariam em elucidar a divisão social e a irrealizável reconciliação dos interesses em disputa.

Enfim, o projeto de restaurar o “mito do comunismo” também é desacreditado. O motivo seria uma visão “anti-política” de erradicação dos enfrentamentos, presente na premissa de uma sociedade sem classes. Consoante à proposição indicada em *Hegemony and Socialist Strategy* (Laclau e Mouffe, 2001), o cerne do entendimento de transformação política e de transcendência da sociedade capitalista se fundamenta na pluralidade dos agentes sociais e de suas lutas, não de um conflito capitaneado por um ator excepcional – no caso, o proletariado.

Para completar o modelo, a subversão da hegemonia se daria a partir da ideia gramsciana de *guerra de posições*, “iniciada em vários contextos, e fundada na sinergia entre uma pluralidade de atores: movimentos sociais, partidos e sindicatos” (Mouffe, 2013, p. 74 - tradução minha). Ademais, o corolário justifica a combinação de esforços parlamentares e extraparlamentares, cujo propósito se situa na profunda transformação das modernas instituições com vistas à extensão dos princípios de igualdade.

Aqui, novamente, a economia quanto ao feitio dessas instituições fragiliza o construto teórico proposto. Referendar a transformação de relações antagônicas em agonísticas implica a criação de normas, espaços de embate mais inclusivos e de órgãos que efetivamente regulem as alterações expressas entre os segmentos sociais. Não obstante, nenhuma menção ao modo *como* isso poderia ser feito aparece no texto. Por esse motivo, Mendonça (2010) afirma que Mouffe não edifica um modelo, mas um “princípio teórico norteador” crítico das formulações deliberativas. Outro questionamento possível parte do trabalho de Miguel (2012), que aponta para a condição seletiva das instituições:

Chantal Mouffe compartilha a visão de que este regime político [a democracia agonística] deve ser justificado de forma neutra em relação aos interesses em disputa. A democracia seria a arena de resolução das disputas políticas, com *fair play* – descrição que não está distante da poliarquia dahlsiana. No entanto, as estruturas políticas nunca são neutras, uma vez que refletem as correlações de força e operam seletivamente (Miguel, 2012, p. 19).

Pavimentado o caminho teórico, é importante seguir a trajetória de aplicação do *pluralismo agonístico* aos eventos expostos na obra. Ao começar pelas relações internacionais, Mouffe dá um passo além de seu modelo doméstico sem, no entanto, sugerir a mera transplantação do paradigma para níveis extranacionais. Conforme seus argumentos, seu intento seria o de ressaltar as similitudes entre os dois universos.

A consolidação de um horizonte unipolar, sem alternativas, em decorrência do fim da Guerra Fria, teria criado, a um só tempo, um ambiente de falta de canais políticos para desafiar a hegemonia liberal e fortalecido a concepção de uma *democracia cosmopolita* – que tem em Kant seu artífice basilar. Em versões atualizadas, o arquétipo kantiano realça a possibilidade de existência de um padrão abstrato de justiça planetária, de senso de reciprocidade e solidariedade em um plano transnacional.

Na mesma direção, a matriz de Bobbio merece algumas considerações da autora. No *pacifismo institucional*, os estados-nacionais fundamentariam um pacto de submissão no qual todos

os consorciados entram em acordo quanto a procedimentos democráticos pontuais, arbitrados por uma terceira parte disposta a solucionar os conflitos. Entretanto, o *Leviatã internacional* de Bobbio advoga em torno de um mundo unipolar, em nome do universalismo, onde seria imposto o modelo ocidental de democracia para o restante dos países.

Partindo do suposto de que uma conjuntura baseada em princípios universalizantes, como a ética global e a sociedade civil internacional, apresenta contornos ilusórios, Mouffe se dedica à edificação do construto que dê conta de um *mundo agonístico multipolar*. Para tanto, se faz necessária uma perspectiva pluralista que reconheça as divergências dos valores e tradições dos diferentes povos. O abandono da ideia da expansão da democracia ocidental - calcada nos princípios de secularização, racionalização e em direitos humanos centrados na figura do indivíduo - para outros países seria a outra face da mesma moeda.

Nesse ponto, os passos trilhados em outra obra, *The Democratic Paradox* (Mouffe, 2000), servem para reforçar a argumentação referida. Nela, o principal diagnóstico reside na percepção que a democracia liberal foi fundada pela combinação de duas tradições distintas: o liberalismo, com sua ênfase na liberdade individual e nos direitos humanos; e a democracia, que privilegia a ideia de igualdade e soberania popular. Mais importante é notar que essa articulação paradoxal deu origem à atual forma hegemônica de governo, não é uma constituição imperiosa, mas a expressão de um contexto cultural e produto contingente de um momento específico da história de algumas nações.

A solução para a encruzilhada das relações internacionais seria a estruturação de um *quadro institucional multipolar*, que admita e legitime a pluralidade de formatos de direitos humanos e de democracias. Com efeito, assegure a influência das circunstâncias peculiares e valorize as tradições culturais e religiosas dos diversos países.

Na esteira desse projeto internacionalista, a crise da União Europeia (UE) se encontra, igualmente, no catálogo de situações debatidas no livro. O diagnóstico dos problemas enfrentados situa o neoliberalismo como o distúrbio primordial, logo, qualquer impulso rumo à manutenção do registro corrente deve ser combatido. Há de se pensar, conforme Mouffe, um planejamento sócio-político que ouse articular a unidade do bloco, entendido pelo esquema neoliberal a partir da aglutinação de consumidores em torno de um mercado comum, com uma política de respeito à diversidade dos compartes.

Do mesmo modo, a perspectiva de Massimo Cacciari passa a ser considerada um modelo que aumente a integração da UE, designado pelo termo *união federativa (federal union)*, abrangendo estados-nacionais e regiões. Nesse sistema de valorização de identidades, as políticas econômicas protecionistas ocupam um lugar chave, já que a prescrição examinada visa ao desenvolvimento econômico sob uma ótica regionalista.

A arte é outro campo submetido ao escrutínio de Mouffe. Sobre o assunto, o cerne de sua indagação se situa na possibilidade de uma atribuição crítica das atividades artísticas. Isso porque, segundo teóricos como Adorno e Horkheimer, os espaços de produção autônoma estariam cada vez mais restritos frente ao avanço dos imperativos da indústria cultural – que, mediante o controle do mercado, subjuga consumidores e produtores culturais.

Em que pesem as considerações de uma relativa dependência das obras de arte em relação ao mercado, tais ponderações não teriam a mesma validade em um contexto pós-fordista de regulação capitalista, o qual autoriza novas formas de produção artística e possibilita a revitalização de um projeto emancipatório. Conforme os passos dados por Boltanski e Chiapello, a autora se

preocupa em reforçar a importância dessa esfera no capitalismo contemporâneo. Nesse prisma, a ordem hegemônica contemporânea se utiliza, cada vez mais, de técnicas semióticas para criar modos de subjetivação necessários para a sua reprodução. O fato explicaria a naturalização de convenções e normas resultantes de processos contingentes, aceitos sem resistência pelos indivíduos devido à inexistência de alternativas.

A confrontação hegemônica não estaria, destarte, limitada às instituições políticas tradicionais e seria a consequência de construções discursivas que articulam práticas, discursos e jogos de linguagem que pautam a vida social. Arte e política não configuram dois campos separados, mas relacionados, a primeira concorre para a constituição e manutenção de uma dada ordem simbólica e a segunda atenta para a organização simbólica das relações sociais.

Daí pode-se compreender o posicionamento estratégico do domínio e a atenção dada às matizes de uma possível *arte crítica*. De modo pormenorizado, o conceito refere-se aos meios pelos quais as intervenções artísticas contribuem para perturbar a hegemonia dominante, criando espaços de resistência e mobilizando afetos com o objetivo de desarticular o quadro de dominação em que repousam os processos de identificação vigentes na esfera pública.

Acoplada à sua teoria, a esfera pública é o local onde se desenrolam os embates de pontos de vista conflitantes, aspecto que separa sua perspectiva daquela elaborada por Habermas. Seguindo a orientação disposta, a esfera pública *habermasiana* se conforma como o terreno de produção de consensos. Ou seja, configura o contrário da pretensão em voga, a saber, de um horizonte sem reconciliações finais e de exacerbação das diferentes matrizes de pensamento e identidade.

Em suma, como manifestação contra-hegemônica, a *arte crítica* contribui com a sedimentação de alternativas à dinâmica neoliberal por fornecer subsídios para o questionamento do ordenamento contemporâneo. Em virtude de suas funções, os ativistas do mundo da arte se assemelhariam à categoria dos *intelectuais orgânicos*¹, concebida inicialmente por Gramsci, e conformariam uma agenda de articulação de esforços, a *cadeia de equivalências* citada anteriormente.

Por fim, os movimentos sociais, surgidos no biênio 2011-2012 no ocidente e no Oriente Médio, entram também no rol de análise da autora. Grosso modo, dos *occupiers*² aos *indignados*³, os levantes do período mostraram mais do que uma indignação quanto às políticas de austeridade econômica, revelam o desconforto com as instituições democráticas correntes. Retratam, ainda, algumas características comuns, como o uso das redes sociais e a ocupação de espaços públicos. Contudo, as similitudes anotadas param por aí, em virtude da preferência de Mouffe por uma interpretação que privilegie a heterogeneidade dos movimentos. Afinal, as razões que levaram as pessoas a se indignar tiveram motes diferentes: no Oriente Médio, a luta contra os regimes ditatoriais; na Europa e nos Estados Unidos, a crítica às deficiências da democracia e à subserviência ao capital financeiro.

A falta de acordos em relação às modalidades e objetivos dessas insurreições são resumidas em duas propostas divergentes: de *afastamento* (*with drawal form*) e de *engajamento* (*engagement*

¹ Como exemplo de *intelectual orgânico*, Mouffe dedica algumas linhas do livro às intervenções contra-hegemônicas do artista chileno Alfredo Jaar. Jaar se destaca, segundo a autora, pela intervenção em vários campos onde a hegemonia dominante está estabelecida e se reproduz, contribuindo para desarticular o “senso comum” e prover críticas à ordem vigente.

² Os movimentos *Occupies* são uma forma internacional de ativismo iniciado na cidade de Nova York, em 2011.

³ A alcunha *Indignados* faz referência aos protestos ocorridos na Espanha, também em 2011.

with) nas instituições. A primeira diz respeito às formulações dos teóricos Hardt, Negri e Virno, que defendem a ruptura com as estruturas contemporâneas - entendidas aos moldes de alicerces em desajuste com as transformações das últimas décadas do século XX, em particular a transição do fordismo para o pós-fordismo e as novas consequências trazidas pela globalização. Assim, a sabotagem, ou *êxodo*, dos lugares de poder denota a forma principal de resistência ao *status quo*. A justificativa para essa estratégia reside no fato de que, em uma conjuntura de produção pós-fordista caracterizada pela centralidade do trabalho imaterial, as lideranças capitalistas não têm a mesma influência na organização das atividades produtiva. Um panorama de contradições que favorece a deposição do sistema neoliberal.

A saída, portanto, seria o *afastamento das instituições* existentes com a finalidade de facilitar a composição autônoma de uma *multitude* – termo que não reivindica a noção de unidade nem de uma ligação com o Estado, diferente da categoria *povo*. Destarte, a *democracia da multitude* expressa o conjunto de ações de minorias cuja aspiração não é a transformação delas mesmas em maioria e se recusam a se tornar parte do governo. A mudança radical das instâncias políticas, econômicas e sociais adviria da constituição de um poder resistente à mediação⁴.

Conquanto aceite a constatação de mudanças nos modos de regulação capitalistas, a autora propõe outra concepção, de *engajamento*, para a luta contra-hegemônica. Em sua ótica, a contestação da ordem hegemônica deve tomar em conta não somente os momentos de desarticulação, mas de rearticulação de um paradigma renovado – aspecto ausente nas teorias do êxodo. A atitude negativa atinente ao Estado das concepções de *afastamento* concorre para a explicação de uma crença compartilhada: o *Zeitgeist* neoliberal. Assim como a abordagem liberal – que argumenta em favor de uma retórica anti-Estado e reivindica a primazia do mercado e a liberdade dos indivíduos -, ao negar a atuação dentro das estruturas oficiais, o modelo produzido por Negri apregoa a viabilidade de uma sociedade autorregulada, além das divisões e da hegemonia. Contrariamente à ideia de *multitude*, caberia atentar para a articulação política das múltiplas demandas democráticas – ou melhor, para uma *cadeia de equivalências*.

Se, como foi dito, a luta contra-hegemônica percorre o conceito de *guerra de posições*, logo, a insatisfação desses novos movimentos sociais com os partidos e a falta de ressonância de seus anseios nos canais políticos tradicionais precisam ser canalizadas para a radicalização das instituições democráticas liberais, não para a rejeição das mesmas. Segundo Mouffe, a experiência de governos na América Latina nas últimas décadas, sendo o dos Kirchner o mais citado, provam a possibilidade de enfrentamento dentro das esferas de poder e, mais do que isso, mostram que o Estado, em vez de obstáculo, pode funcionar como um veículo de condução das demandas populares e de desafio ao neoliberalismo.

Em *Agonistics: thinking the world politically*, a autora tenta, enfim, dar um aspecto mais visual às suas tratativas teóricas quando traz ao *rés do chão* as abstrações coligidas em trabalhos anteriores. Considerando o desenrolar de sua obra, fica a sensação de que uma oportunidade de avançar sobre determinadas fragilidades de seu edifício *agonístico* foi desperdiçada, ou mesmo deixada para outra oportunidade. De toda forma, a combinação entre teoria e prática, postas lado a

⁴ Nesse momento, Mouffe chega a citar o trabalho de Isabell Lorey. De forma breve, a segunda autora, que segue alguns postulados desenvolvidos por Negri, considera a necessidade de um novo tipo de democracia, de natureza *presentista*, em virtude de uma suposta incapacidade da democracia representativa de prover mudanças de caráter estrutural.

lado ao longo de todo o livro, evidencia sua proposta de explicitar que, diferente do velho ditado, “na prática, a teoria *não precisa ser* outra”.

Referências

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Verso, 2001.

MENDONÇA, Daniel de. *Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto*. Sociedade e Estado, 2010, p. 479-497.

MIGUEL, Luis F. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do agonismo. In: 8º *Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Gramado, 2012.

MOUFFE, Chantal. *The democratic paradox*. London: Verso, 2000.

Resenha recebida em: junho/2015

Resenha aceita em: junho/2015

Thiago Moreira da Silva (moreiradasilvathiago@gmail.com) é doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e pela State University of New York (SUNY).